

Economia - Brasil Dirceu: elevar superávit é consenso no governo

Para ministro-chefe da Casa Civil, necessidade de manter o aperto fiscal não tem questionamento

RITA TAVARES

Elevar o superávit primário, se for necessário, é consenso no governo. Quem afirma é o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. "Quanto a isso, o governo não tem meia medida", disse ontem Dirceu, durante palestra sobre Desafios ao Crescimento, promovida pela Internews, em São Paulo. "Todos aqui sabem o que é fazer o ajuste que não é de 4,25%, que é maior", ponderou, referindo-se aos resultados obtidos pelo governo. Em outro momento da palestra, Dirceu garantiu que o governo Lula segue com determinação o rigor fiscal, o que "é duro para nós", referindo-se a pressões do PT e de suas bancadas no Congresso.

José Dirceu reclamou da interpretação dada pela imprensa às suas opiniões sobre política econômica. Segundo ele, as críticas feitas na segunda-

feira da semana passada, no Fórum de Economia da FGV, foram vistas como contestação à atual política macroeconômica e também uma disputa com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

O ministro admitiu ainda que há divergências no governo, mas também há disciplina. "Dei minha opinião e não abri mais a boca." Em seguida, afirmou que o País já tem conflitos demais para que se crie mais um em torno da gestão da política econômica. Segundo ele, Palocci conhece sua posição, mas sabe também que tem na Casa Civil uma forte retaguarda de apoio à política econômica. Sobre a expansão da econo-

mia, Dirceu disse que prefere correr os riscos do crescimento a temê-lo. "Eu quero ter as dores do crescimento, como as dores do parto", afirmou, prevendo que o Brasil crescerá 5% a 6% ao ano nos próximos anos. Antes, disse que considera "quase uma doença a percepção de que crescimento traz crise".

O ministro da Casa Civil ponderou que a expansão da economia traz "crises e oportunidades". Segundo ele, a história brasileira já mostrou que, quando cresce, o Brasil resolve seus problemas. Na sua opinião, crescer não provocaria irresponsabilidade fiscal nem descontrole da inflação.

Ajuda - Ao ser indagado sobre a alta carga tributária brasileira, José Dirceu questionou a manutenção do juro real em 10,5% ao ano, defendendo uma taxa de 6%, que "ainda é alta". "Eu me pergunto por que uma taxa de juro real de 10,5% ao ano", disse o ministro. "É verdade que temos uma carga tributária deformada, principalmente pelo destino da arrecadação", admitiu, explicando que 80% vai para o pagamento do serviço da dívida, do pessoal e da Previdência.

Em relação aos gastos com pessoal, Dirceu afirmou que o governo pretende avançar na reforma da estrutura do funcionalismo público em 2005. Sobre os gastos previdenciários, o ministro informou que o governo prepara uma reforma do Ministério da Previdência, com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária e a reestruturação do DataPrev e do INSS.

Eu me pergunto por que uma taxa de juro real de 10,5% ao ano

**José Dirceu,
ministro-chefe da
Casa Civil**